

No comércio, o retorno à realidade

MAYSA PENNA

Como 1986, só 1986. Para o comércio, isto quer dizer que a euforia de consumo são águas passadas. Neste ano, a tendência do mercado é retornar à realidade, com o reequilíbrio entre oferta e demanda, só que pela via da redução da demanda. O que não significa, porém, desempenho negativo do varejo. Previsões mais otimistas apontam para um crescimento do comércio superior ao do Produto Interno Bruto (PIB) em 87, embora sem repetir o desempenho do ano passado, quando o índice nacional de consumo foi de 23%. Em níveis mais conservadores, as expectativas são de um crescimento médio de 4%, pouco abaixo da meta governamental de 5% para o PIB.

No primeiro quadrimestre do

ano, o nível de vendas deverá ficar próximo à média de igual período de 86, segundo o diretor comercial das lojas Arapuã, Marcos Gouvêia. É que, no ano passado, a demanda transcorreu normalmente em janeiro e fevereiro, e entre março e abril o clima foi de absorção das medidas do Plano Cruzado, ocorrendo uma explosão de consumo somente a partir de então.

Até abril próximo a falta de mercadorias continuará a marcar os setores de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, diz Nelson Barrizzelli, diretor-geral do Grupo Susa (lojas Sears e Ultramar). O problema deverá ser compensado pela redução da demanda, decorrente de três fatores: o choque tributário, com a elevação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda para as pessoas físicas; elevação dos

juros ao consumidor, impedindo as compras a prazo; e crescimento da inflação oficial, pelo realinhamento de preços, ou da inflação real, pela manutenção do ágio — instrumento que o mercado encontrou para contornar a intervenção irreal do governo sobre os preços, diz o diretor técnico da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, economista Antônio Carlos Borges.

Mas, a partir de abril, o futuro é nebuloso. Para os comerciantes, tudo depende das medidas que o governo adotar no início do ano. Aqui, dois fatores terão pesos preponderantes: o resultado da renegociação da dívida externa e o compromisso político do governo em não permitir o retorno à recessão. Sejam quais forem as medidas adotadas, os comerciantes acham difícil que o governo evite a perda do poder aquisitivo real dos

salários, uma vez que a defasagem entre os preços congelados e os custos dos produtos é muito grande.

O realinhamento dos preços, e seu posterior controle, hipótese considerada mais provável, inevitavelmente elevará a inflação nos primeiros meses. O risco, na opinião de Borges, é que as pressões políticas levem o governo a reindexar a economia e provocar novamente a inflação inercial. Para ele, a liberdade de mercado seria a única forma de um ajuste real sem traumas, "mas o governo está muito propenso a intervir diretamente na economia, inclusive na área produtiva, para impedir a recessão". O resultado, segundo Borges, poderá ser um processo de estagflação. Para os mais pessimistas, como Barrizzelli, o efeito pode ser bumerangue, e o ano terminar numa recessão igual à de 1982.

